

# LITERATURA, LINGUÍSTICA E LINGUAGEM: UMA QUESTÃO DE DIFERENÇA<sup>1</sup>

Marisa LAJOLO

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

## RESUMO

*O ensaio discute a relação entre a linguística e os estudos literários na universidade brasileira a partir dos anos sessenta do século XX.*

## ABSTRACT

*The essay addresses the relationship between linguistics and literary studies at Brazilian University from the sixties on.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Cursos de Letras. Estudos literários. Linguística.*

## KEYWORDS

*Language courses. Linguistics. Literary studies.*

*O Rei não obra só; pois na linguagem  
Obra mais do que o Rei a vassalagem*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Uma outra versão deste texto foi apresentada no Congresso da ABRALIC de 1994 em São Paulo. A versão atual já apareceu em Barros e Fiorin (orgs.) 2008.

<sup>2</sup> O Polichinelo. Ano I. n.º.6. p.2 [SP, 21//05/1876]

Foi em algum momento da década de sessenta do século XX, que o até então adormecido recanto das Letras da universidade brasileira foi sacudido pela entrada em cena da Linguística, senhora moderna, internacional e elegante. Recém chegada de França, ela agitava currículos, até então empoeiradamente iguais ao que tinham sido desde sempre. Foi há quase cinquenta anos, que o mundo sem pecado das Letras conheceu o sabor do fruto proibido: buleversou-se, passando a viver, para sempre, as vertigens da diferença.

É, pois, sob o signo da *diferença* que me proponho a discutir alguns aspectos dos cursos de Letras. A discussão se inicia registrando, de passagem, o papel que nos anos de 1960 desempenhou o entusiasmo contagiante do professor Roman Jakobson, sem dúvida um dos responsáveis pela sedução que a recém-chegada Linguística exerceu na minha geração<sup>3</sup>. Gostaria de evocar o comentário com que ele encerrou um congresso (JAKOBSON, 1960), dizendo que, ao contrário das reuniões políticas, onde o consenso dá a medida do sucesso, nas reuniões científicas, a polêmica é que o mede.

Polemizemos, pois!

A polêmica começa pelo registro – *preto no branco* – de queixas e reclamações (algumas delas, ou parte de algumas) que, ainda que frequentes, raramente se expressam para além dos corredores, intervalos de reuniões e intervalos de café: muitas aulas disso, pouco daquilo, alunos que lêem pouco e mal, que escrevem pior ainda, dissertações e teses irrelevantes, publicações idem, evasão em alta, demanda em baixa...

Raras vezes temas como estes ganham expressão institucional, o que é pena. Mas podem ganhar expressão acadêmica, o que é ótimo. Pois, se foi no final da década de sessenta que os anjos caíram do paraíso, Eva não viu a uva, mas comeu a maçã. O calendário marca a coincidência

---

<sup>3</sup> Em 1968, em esforço conjunto de várias disciplinas da (então) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e por intermédio do professor Boris Schnaiderman, o Professor Roman Jakobson visitou São Paulo. Em [http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_06.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html), entrevista de Izidoro Blikstein a Eni Orlandi discute de forma profunda e instigante o panorama no qual ocorreu a vinda do prof. Jakobson ao Brasil.

de ter sido nos mesmos arredores de 1968 que a paz e a concórdia abandonaram para sempre o jardim das Letras e que a universidade brasileira – principalmente sua área das Ciências Humanas – golpeada pela cassação e exílio de tantos de seus mestres – começa também a viver problemas de ordem epistemológica.

No território das humanidades, as sequelas do movimento de março de 1964 mutilaram a identidade que a área construía para si mesma, através de um ativo engajamento na discussão e produção de diferentes projetos para a sociedade brasileira. O desmanche do papel a ser desempenhado pela Faculdade de Filosofia da Usp – na época, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; hoje, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – calou fundo. Sua pretendida liderança na construção de um mundo mais justo – que naquele tempo tinha sotaque de esquerda socialista – talvez persista ainda hoje em certos desajeitos da área para interagir com um mundo que – se se alterou – com certeza não se alterou no sentido pretendido pelos desalojados saudosos da paulistana rua Maria Antonia, onde, então, se alojavam as Letras.

No caso particular dos cursos de Letras, uma forma de ver a mudança de rumos cifra-se, por exemplo, nas variadas formas pelas quais as Letras se articulam institucionalmente ao sistema universitário de hoje. Cursos de Letras às vezes integram unidades universitárias maiores, fazendo parte de faculdades, centros ou institutos que também oferecem outras terminalidades. É o caso, por exemplo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde as acolhe o *Centro de Comunicação e Letras* que também forma jornalistas. Ou da Universidade de São Paulo, cuja FFLCH também forma geógrafos e historiadores. Outras vezes as Letras pairam isoladas e até se denominam por outros nomes, como ocorre no *Instituto de Estudos da Linguagem* da Unicamp, que ao lado da Licenciatura em Letras, oferece um bacharelado em Estudos Literários e outro em Linguística.

Tal oscilação de inscrição institucional acaba tendo uma contra-face acadêmica: as Letras parecem caracterizar-se pela pulverização de currículos, de bibliografias, de duração da graduação e de terminalidades. Somam-se a isso, a quase inexistência de projetos docentes coletivos e interdisciplinares, a baixa qualificação dos candidatos que demandam suas vagas, as altas taxas de evasão escolar. Tantos problemas articulam-se bem com a degradação do mercado de trabalho – o magistério – a que os cursos de Letras, em sua maioria, permanecem atrelados.

É, pois, desta plataforma tão precária e pouco estável que se projeta a imagem e o poder das Letras na luta de forças interior à universidade e é também dela que se projeta o poder e a imagem dos cursos de Letras *fora* da universidade, ao largo da sociedade, de onde vem e para onde vai a clientela dos diferentes cursos universitários.

Na expressão com que pensadores como Guy Debord (1967) representam a cultura contemporânea, articulando-a a uma pós-modernidade entendida como *sociedade do espetáculo* e do *simulacro*, podem tornar-se dialeticamente produtivas as diferenças de distintos campos do conhecimento institucionalmente instalados em cursos superiores que lidam com a *linguagem*, objeto que, obviamente, está no centro do palco onde rola o espetáculo das Letras. Espectáculo que coreografam distintas disciplinas que foram se implantando na universidade brasileira a partir daqueles turbulentos anos sessenta que – talvez emblematicamente – trouxeram Roman Jakobson ao Brasil.

É, pois, nesse campo mais amplo, cortado por diferentes linguagens, que repensar as relações entre estudos literários e estudos linguísticos ganha interesse: não se trata apenas de uma questão acadêmica; é também – e talvez seja, sobretudo – uma questão política. As relações dos estudos literários com estudos linguísticos, além de projetarem instigantes questões epistemológicas, tiveram e continuam tendo uma face institucional, que talvez se manifeste com mais clareza quando se constata que seus frutos foram simultâneos à montagem, no Brasil, da

pós graduação em Letras, atualmente repartida em Letras e Linguística, par de letras éle pelo qual se filtram todos os financiamentos responsáveis pelo desenvolvimento da área, no que tal desenvolvimento se representa por pesquisas, publicações, bolsas e eventos acadêmicos.

Revisitando a fase do namoro (e de primeiras rugas) entre estudos literários e estudos linguísticos no Brasil dos anos sessenta, encontramos – na área dos estudos literários e como fruto destes melhores amores, ensaios competentemente concebidos e diligentemente arquitetados que – acreditava-se – iriam suprir lacunas então sentidas de forma mais aguda nos recentes cursos de pós graduação.

Em prefácio de 1972 para seu livro *Análise estrutural de romances brasileiros* lançado no ano seguinte, Affonso Romano de Sant’Anna sintetiza bem o que seduzia parte da geração que, então, chegava à maturidade intelectual e ao poder acadêmico:

(...) Quando em 1970 iniciei os cursos de pós graduação em Literatura brasileira na PUC, RJ foi impossível localizar material que exemplificasse a aplicação do método estruturalista em narrativas brasileiras. Tudo eram discussões teóricas, rebarbativas em revistas de divulgação. Denunciava-se, assim, uma lacuna que os alunos e os professores descobriram ser estranha e que precisava ser superada de alguma forma para o desenvolvimento dos estudos dos textos propostos em classe. (p. 9)

O livro cumpriu a missão a que se propunha; atesta-o sua ampla circulação: sem contar cópias piratas em xerox, dois anos depois de seu lançamento estava na quarta edição. A lacuna diagnosticada pelo professor seria preenchida pelo tipo de análise que seu livro inaugurava com extrema competência e irresistível sedução:

Submetido à análise estrutural, o romance de Alencar recobra seu interesse e exemplifica um tipo de composição que definimos como narrativa de estrutura simples. (...) Nesta análise tentaremos fazer uma desmontagem do sistema de composição de *O Guarani* ressaltando duas constantes imprescindíveis à caracterização de uma obra como narrativa de estrutura simples (*ibidem*, p. 54)

Outro texto que também pode exemplificar o tipo de namoro contratado nos anos sessenta/setenta entre os Estudos de Literatura e os (então) recentemente importados modelos de Estudos de Linguagem é o texto com que Deonísio Toledo apresenta o livro que organiza *Teoria da literatura: formalistas russos* lançado em 1971. No prefácio, Boris Schnaiderman sumariza bem os novos rumos dos estudos literários que priorizam a linguagem em detrimento do que – a partir de então – passou a ser considerado (com um certo muxoxo de desdém...) o “extra-literário”:

Desde o início a nova corrente se caracteriza por uma recusa categorica às interpretações extra-literárias do texto. A filosofia, a sociologia, a psicologia, etc, não poderiam servir de ponto de partida para a abordagem da obra literária. Ela poderia conter esta ou aquela filosofia, refletir esta ou aquela opinião política, mas, do ponto de vista do estudo literário, o que importava era o *príom*, ou processo, isto é, o princípio da organização da obra como produto estético, jamais um fator externo. (Prefácio, p. IX)

O percurso pelo qual esta perspectiva formalista ganhou os favores dos estudos literários vinham com passaporte linguístico. Na palavra de Deonísio Toledo, os novos rumos pretendidos incluíam a busca pela “cientificidade”, apontando os “estudos gramaticais” como constituindo o modelo de rigor a partir de então buscado pelos estudos literários. Frise-se que Toledo, de forma correta, também alude ao percurso institucional dos estudos literários, ao mencionar o livro de Welleck e Warren, então bibliografia obrigatória e naquele tempo geralmente lido na brochura amarelada do madrilenho editorial Gredos:

René Wellek e Austin Warren foram os verdadeiros motivadores da edição brasileira da *Teoria literária* extraída de textos de vários críticos russos, que se agruparam num movimento, hoje famoso mundialmente, conhecido como o *Formalismo Russo*. Desde que a obra destes dois eminentes tratadistas, tcheco um e norte-americano o outro, foi divulgada no Brasil através de edições espanholas ou portuguesas, resolveram-se uma série de questões de natureza técnico-literária que até então só eram abordadas com rigor pelos gramáticos, isto é, pela não literatura. Lembremos apenas, a esse propósito, o caso do poema, objeto, na época, da análise dos tratadistas de métrica. A grande crítica literária brasileira (José Veríssimo ou Otto Maria Carpeaux, por exemplo) não se preocupava, como o deveria fazer, pelo aspecto formal da obra de arte literária, salvo na medida em que ela era considerada a partir de seus *conteúdos*, o que não significava, obviamente um desacerto: era uma omissão por falta de elementos. Por isso tratava-se, já se vê, de uma crítica eminentemente subjetivista. Contudo, quando se tornou conhecida a proposição de Wellek e Warren no sentido

de se abandonar as teorias métricas elaboradas sobre critérios de divisão silábica, de notação musical ou de avaliação mediante aparelhos acústicos em favor de uma visão do verso em sua organicidade, abriu-se um novo campo para a crítica na literatura. Desse momento em diante, respeitar-se ia, porque existiam bases científicas, a modificação do verso conforme a individualidade dos autores, as variações das escolas literárias, ou constatação de diferenças entre os vários sistemas linguísticos nos quais aparece a versificação. Mas – como deixaram bem claro nossos autores – tal proposição, entre outras, nada mais era do que o atendimento da reivindicação expressa pelos *formalistas russos* sobre o assunto (Prefácio. XXIV; itálicos meus)

*Teoria da Literatura: formalistas russos* foi, talvez, a primeira obra que disputou espaço bibliográfico com livros que tradicionalmente fundamentavam os estudos literários no Brasil. A palavra abalísada de Roman Jakobson citada por Schneiderman no Prefácio, de uma penada põe para correr a tradição dos estudos literários tal como eles se desenrolavam no Brasil, instalando em seu lugar uma vocação científica e a crença na literariedade:

(...) O objeto do estudo literário não é a literatura, mas a *literariedade*, isto é, aquilo que torna determinada obra uma obra literária. (...) Tudo serve para os historiadores da literatura: os costumes, a psicologia, a política, a filosofia. Em lugar de um estudo de literatura, criava-se um conglomerado de disciplinas mal acabadas. (...) *Se o estudo da literatura quer tornar-se uma ciência*, ele deve reconhecer o processo como seu único herói (Prefácio. p. X; itálicos meus)



As transcrições acima expressam, ao menos em parte, o clima intelectual que se respirava nos (então muito poucos) cursos brasileiros de Letras da segunda metade do século XX. Através delas percebe-se que os novos modelos teórico-analíticos propostos exigiam esforço grande de rarefação, amputação radical das aparas contextuais dos diferentes componentes do texto literário, como assinala outro artigo, agora de Roland Barthes, que naqueles idos dos anos sessenta também navegava águas estruturalistas.

Em texto publicado na França em 1966, traduzido e editado em 1971 no Brasil, o pensador francês também propõe, agora em relação ao estudo da personagem – o abandono radical do que chama “suas essências” e a substituição dessa fundamentação por outra, que lide com a personagem como uma função (PINTO, 1973):

Desde sua aparição, a análise estrutural teve a maior repugnância em tratar o personagem como uma essência, mesmo que fosse para classificá-lo; (...) A análise estrutural, muito preocupada em não definir o personagem em termos de essências psicológicas, esforçou-se até o presente, através de hipóteses diversas, (...) em definir o personagem, não como um *ser*, mas como um *participante* (p. 42)

Como se vê, com diferentes coreografias, uma comissão de frente cinco-estrelas, inspirada na Linguística – transpondo alguns de seus postulados e posturas – entusiasmou profissionais universitários da Literatura, ao longo dos anos sessenta-setenta. E a Teoria da Literatura – disciplina igualmente recente nos currículos dos anos sessenta – engoliu a isca, o anzol, a vara ... e às vezes o próprio pescador! No entusiasmo de aprendizes de feiticeiro, *fonemas*, *duplas articulações* e *pares mínimos*

caíam como confeitos no remanso dos estudos literários. E com este léxico mais moderno, que traduzia uma epistemologia mais rigorosa e que transbordava para a leitura de romances e poemas, os sedutores e rigorosos cotovelos dos estudos linguísticos abriram espaço nos cursos de Letras.

Até então – oferecendo como terminalidade a formação em línguas e literaturas estrangeiras (comportadamente limitadas às línguas centrais da Velha e Sábia Europa) – cursos de Letras apoiavam seu currículo em Língua portuguesa, Literatura brasileira e Literatura portuguesa, Latim, muita Filologia e em alguns casos um pouco de Grego. A partir dos anos setenta, este currículo não mais satisfazia e começaram, a partir de então, inúmeras e sucessivas alterações nas grades curriculares das Letras.

Alterações de grades curriculares universitárias não constituem nunca uma questão meramente científica ou acadêmica. Por expressar uma face institucional, uma grade curricular, transforma-se em espaço de poder e, nessa medida, em arena de disputas. Disputas dolorosas no caso dos cursos brasileiros de Letras por ocorrerem no bojo do já mencionado desmanche por que passavam as humanidades – onde se inscrevem as Letras – da universidade brasileira.

Com isso, a partir dos anos de mil novecentos e sessenta e de forma mais visível na década seguinte, as questões que ocupavam o ensino universitário de Literatura mudam de roupa, de cara e de DNA. Até a década anterior, o campo das Letras era, no máximo, sacudido pela polêmica *crítica de jornal* versus a *crítica universitária*, querela que talvez possa ser emblematizada pela dobradinha José Veríssimo & Otto Maria Carpeaux, de quem Deonísio Toledo puxa as orelhas, no texto acima transcrito. À medida que transcorrem os anos setenta, o campo passa a acolher debates nos quais, por exemplo, *sintagmas*, *catálises* e *eixo paradigmático* davam piparotes em *emoções estéticas*, *verdade dos sentimentos* ou *profundidade psicológica*, expressões menos ou mais recobertas pela expressão *falácia afetiva* que, ao nomear o ensaio homônimo de William

Wimsatt e Monroe Bearsdley (1954) propunha, com elegância, o descarte da tradição epistemológica da qual queriam livrar-se os *novos* Estudos Literários.

É, pois, nesse contexto de esgotamento de um modelo epistemológico e institucional que a Linguística – que se anunciava e era anunciada como *ciência piloto das ciências humanas* – parece ter seduzido os estudos literários pelo que prometia relativamente ao aparato teórico metodológico com o qual se lia o texto literário. Ou seja: de uma certa maneira bastante generosa, professores de Linguística puseram ao alcance de seus companheiros de corredor o mesmo aparato com que eles se debruçavam sobre textos.

Novamente Roman Jakobson exemplifica o que quero dizer: o mesmo par de óculos do velho mestre russo que lia e desmontava competentemente o *slogan* político norte-americano *I like Ike*, desmontava e com igual competência discutia o hermético poema que se inicia afirmando que *O mytho é o nada que é tudo* de Fernando Pessoa (PESSOA, 1965, p. 72), para encantamento de uma plateia que se reunia no auditório da Aliança francesa paulista, ou folheava seu recente e competetemente traduzido *Linguística e comunicação*, que pelas mãos de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes tornou-se leitura obrigatória para estudantes e professores de Letras os quais para sempre ficaram marcados pelas *funções da linguagem*. Estas senhoras nos pareciam o ovo de Colombo: ensinavam a classificar diferentes enunciados, desvelando inclusive, em que consistia um poema!

Hoje, 2008 – quase meio século depois, o que ficou desta primeira experiência interdisciplinar? O namoro precoce dos Estudos Literários com os Estudos Linguísticos deixou saudades, ou deixou cicatrizes?

Talvez tenha deixado lições.

Dissolvidos o império russo e o Formalismo idem, desmanchados os binarismos simples, e a partir de noções de sistema formuladas de maneira mais complexa, do lado *de cá* (isto é, do lado dos pesquisadores

e professores de literatura), é visível o rigor maior no trato com seu objeto, a incorporação, nas descrições dele, de formulações de hipótese e montagem de argumentos que – para o bem e para o mal – foram aprendidas a partir de paradigmas linguísticos. Afinal, literatura é *também* linguagem. Exilaram-se dos estudos literários (ou encolheram muito) as tradições das belas letras, os *transportes emocionais* do autor, as assumidas impressões subjetivas do crítico ao lado de bagatelas miúdas como *verdade de sentimentos, beleza de imagem e profundidade psicológica*.

E do *lado de lá*, isto é, do lado dos Estudos Linguísticos?

Do *lado de lá*, a paisagem também parece ter mudado.

Hoje, nem só de unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas povoa-se o horizonte da Linguística. Parece também que ao menos um pouco daquilo que a Linguística que aportou à universidade brasileira nos anos sessenta exorcizava como *extra-linguístico* – o histórico, por exemplo – retornou. E retornou com a força do refluxo, tornando muito mais complexa, multifacetada, instável e interessante a *linguagem* de que se ocupam certas áreas dos Estudos Linguísticos. É destes estudos linguísticos que se aproximam alguns estudos literários, sobretudo os inspirados na Estética da Recepção, na Desconstrução e num Marxismo de extração inglesa que tendem cada vez mais a *conceber a literatura como produto de certas práticas sociais de linguagem*.

Penso, sobretudo – neste primeira década do século XXI – que o estado atual dos estudos de linguística e de literatura podem complementar-se no objeto que constroem, e no modo por que interrogam este objeto que constroem. Uma certa Linguística, junto com uma certa Teoria da Literatura, juntas, desencantadas tanto de imanências quanto de fórmulas substituíram-nas por interrogações mais produtivas, que começam por questionar *como se constitui o objeto que julgamos digno de ser estudado*.

Pois é: como se constitui?

É nos diferentes caminhos que perseguem os desdobramentos desta questão que, de vários e diferentes campos, incidental e

circunstancialmente patrimoniados como *Departamento de Linguística* ou como *Departamento de Teoria da Literatura* pode-se, como diz o samba, reacender a velha chama. Que, uma vez acesa, vai iluminar melhor o mapa institucional que cartografa a área em ABRALIC e ABRALIN; que nas agências financiadoras distribui a área em comitês de *Letras* e de *Linguística*, e que se expressa ortograficamente no duplo ele da nossa ANPOLL. Sob esta luz, pode ser fecundamente trabalhada a *questão da diferença entre Linguística e Teoria da Literatura* no contexto mais amplo dos estudos da *Linguagem*. Ou, melhor dizendo, *das linguagens*, como nos ensinava Izidoro Blikstein, lá no começo desta história toda, quando, nos anos sessenta do século vinte, misturava – para os deslumbrados e atentos apredizes que então éramos – os gracilianos Sinhá Vitória e Fabiano, com os sintagmas saussurianos.

Talvez seja por aí que estudos linguísticos e estudos de literatura podem reatar o velho caso, já sabendo, no entando e de antemão que o casamento é instituição falida, e que os melhores casos amorosos são os que têm o fascínio e a polifonia das relações perigosas...

## Referências

DEBORD, G. **La société du spectacle**. disponível em [http://library.nothingness.org/articles/SI/fr/pub\\_contents/7http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_06.html](http://library.nothingness.org/articles/SI/fr/pub_contents/7http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html)

JAKOBSON, Roman. **Closing Statements: Linguistics and Poetics**. in Sebeok, T.A (ed) *Language and Style* NY. 1960

*O polichinelo*. Ano I. SP. 21//05/1876. n.6.

PESSOA, Fernando. **Os castellos/Primeiro/Ulysses**. Mensagem In: *Obra poética*. Volume único. Rio de Janeiro. Companhia Aguilar Editora. 1965.

PINTO, Milton José. Introdução. In: **Análise estrutural da narrativa (Pesquisas semiológicas)**. Petrópolis, Vozes 1973. [Tradução de *L'Analyse Structurale du Recit = Communications* 8. Paris, Seuil, 1966]

ROMANO DE SANT'ANA, Affonso. **Análise estrutural de romances brasileiros**. Petrópolis: Vozes. 4ª ed., 1975 [1ª ed. 1973]

TOLEDO, Deonísio de Oliveira (org.) **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre, 1ª ed. 1971 [3ª ed. 1976]

WIMSATT, William e BEARDSLEY, Monroe, **Verbal Icon Studies in the Meaning of Poetry**. Kentucky, University of Kentucky Press, 1954 [publicado originalmente em *The Semane Review*, 1946].